



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA – CPASF

Apresentação: 17/04/2026 13:10:36.393 - CPASF

REQ n.17/2026

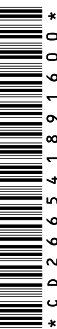
REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026 (Do Sr. Bruno Ganem – PODE/SP)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Trabalho, para debater a importância da Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil, seus impactos previdenciários e a necessidade de aproveitamento dos candidatos de todo o cadastro reserva dos aprovados no concurso público vigente.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Trabalho, com o objetivo de debater a relevância da Auditoria Fiscal do Trabalho para a garantia dos direitos sociais, a promoção do trabalho digno e o fortalecimento da economia nacional, seus impactos previdenciários, bem como a necessidade de aproveitamento de todos os candidatos do cadastro reserva dos aprovados no último concurso público para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, com a presença dos seguintes convidados:

- 1) Representante do Ministério da Previdência Social;
- 2) Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 3) Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);



* C D 2 6 6 5 4 1 8 9 1 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

- 4) THARLEN NASCIMENTO, Advogado e representante do movimento AMPLIA-AFT;
- 5) VALTER SOUZA PUGLIESI, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;
- 6) ADRIANA AUGUSTA DE MOURA SOUZA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho.

JUSTIFICATIVA

A Auditoria Fiscal do Trabalho desempenha papel essencial na efetivação dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, atuando diretamente na fiscalização das relações de trabalho, no combate ao trabalho análogo à escravidão, ao trabalho infantil e às irregularidades que comprometem a dignidade do trabalhador brasileiro.

Ressalto que a Auditoria Fiscal do Trabalho (AFT), executada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho do MTE, é essencial para a arrecadação previdenciária ao fiscalizar o FGTS e as contribuições sociais (GPS) decorrentes de vínculos laborais (IN SIT/MTE nº 02/2025),¹ combatendo sonegação estimada em bilhões via ações fiscais que recuperaram valores significativos (ex.: 41.133 fiscalizações de FGTS em 2021, MTE).² Reduz informalidade (taxa em queda para patamares históricos ~37,5% no início 2026, PNAD Contínua/IBGE),³ formalizando relações e elevando receita do RGPS/INSS, mitigando déficits atuariais por subdeclarações e precarização (pejotização ameaça direitos, MTE/2025).⁴

Apesar de sua relevância estratégica, o quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho encontra-se significativamente defasado, com elevado número de cargos vagos, o que compromete a capacidade do Estado de assegurar o cumprimento da legislação trabalhista em todo o território nacional.

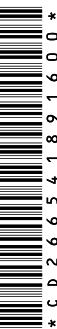
Nesse contexto, destaca-se a existência de candidatos no cadastro reserva, devidamente aprovados em concurso público vigente, aptos e qualificados para o exercício da função. O aproveitamento desses profissionais representa medida

¹ <https://www.legistrab.com.br/497-instrucao-normativa-sit-mte-02-de-2025-dispoe-sobre-a-cobranca-e-a-fiscalizacao-do-fundo-de-garantia-do-tempo-de-servico-fgts-e-das-contribuicoes-sociais-instituidas-pela-lei-complementar-n/>

² <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2022/janeiro/fiscalizacao-do-trabalho-divulga-resultados-das-acoes>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/taxa-de-informalidade-cai-no-mercado-de-trabalho-mostra-ibge>

⁴ <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/outubro/pejotizacao-ameaca-direitos-e-desestrutura-politicas-publicas-diz-auditores-fiscais-do-trabalho>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

eficiente, célere e economicamente viável para recomposição da força de trabalho, evitando os custos e a morosidade inerentes à realização de novos certames.

Além disso, o fortalecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho contribui diretamente para o aumento da arrecadação pública, a formalização das relações de trabalho, a redução de litígios judiciais e a promoção de um ambiente econômico mais justo e competitivo.

Diante disso, a realização de Audiência Pública permitirá a ampliação do debate com especialistas, representantes do governo, entidades de classe e a sociedade civil, visando à construção de soluções concretas para o fortalecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho e a valorização dos profissionais que atuam na área.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2026.

Deputado BRUNO GANEM
PODEMOS

